



# O funcionalismo e a reforma do Estado

JOSÉ PASTORE

Professor da Universidade de São Paulo, presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomércio-SP e membro da Academia Paulista de Letras

O governo propôs adiar o aumento dos funcionários federais para 2020. Estes acionaram o Supremo Tribunal Federal, argumentando que eles ganham pouco e que a Constituição Federal proíbe a redução de salários. É preciso entender bem o significado do adiamento proposto e da reclamação judicial. Quanto ao primeiro argumento, pesquisas do Banco Mundial revelam que os salários médios dos servidores públicos brasileiros estão acima do equivalente em 53 países pesquisados por aquela instituição. Quando comparados com os profissionais de igual educação e experiência dentro do Brasil, os servidores recebem 67% a mais do que seus colegas do setor privado, sem contar o grande número de benefícios, em especial, nas empresas estatais.

Convém lembrar que 55% dos funcionários públicos brasileiros estão no grupo dos 20% mais ricos e 77% estão no grupo dos 40% mais ricos. Grande parte tem estabilidade de emprego e aposentadoria pelo último salário — que são prêmios valiosos. Dados recentes indicam que o governo federal gastou R\$ 260 milhões em agosto último para cobrir licenças remuneradas e garantidas por lei. Só com licença-prêmio foram R\$ 29 milhões; com pós-graduação, mais de R\$ 90 milhões. Estabilidade e regalias desse tipo inexistem no setor privado. Enfim, é difícil justificar o reajuste imediato no momento em que todos os brasileiros apertam o cinto. O Banco Mundial propôs um alinhamento gradual dos salários do setor público com os do setor privado. Um congelamento dos salários dos servidores federais reduziria a diferença em relação ao setor privado para 36%, em 2021, e 16% em 2024.

Quanto ao segundo argumento (ilegalidade), de fato, a Constituição de 1988 prevê que os salários só podem ser reduzidos por negociação coletiva. O Poder Executivo não está reduzindo os salários, mas, sim, adiando um aumento. Os funcionários interpretam que sem reajuste, há uma redução salarial devido à inflação. Com exceção do Inciso V do art. 7º que prevê a manutenção do poder de compra do salário mínimo, os demais dispositivos da Constituição tratam de salário, e não de “salário real”. Repetindo, o governo não propôs reduzir os salários. Ao contrário, eles serão mantidos até 2020. Vejo muitos presidencialistas apoiando a pretensão dos funcionários para conquistar seus votos em lugar de propor uma efetiva reforma do Estado. Não vi nenhuma proposta



que trate da melhoria da produtividade do setor público.

No que tange à eficiência, zelo e bom atendimento, há exceções, é claro. Muitos servidores dão o melhor de si diariamente e fazem um excelente trabalho. E, no setor público, o desempenho dos servidores é avaliado pelos gestores e chefes imediatos. Este é um método bastante questionável e, na verdade, superado pelas modernas técnicas de recursos humanos. Como regra, as opiniões dos chefes e superiores saem mais do coração do que a razão.

Hoje, os sistemas de avaliação de pessoal se baseiam em critérios objetivos. Nos Estados Unidos, por exemplo, está em pleno andamento um plano de melhoria da produtividade do serviço público baseado nas seguintes ações: (1) aplicação de métodos digitais e impessoais nos processos de avaliação dos funcionários públicos; (2) ampliação da participação e controle dos usuários

dos serviços; (3) intensificação dos programas de treinamento e preparação dos funcionários para bem atender o público. Cada órgão público estabelece suas próprias metas de melhoria e métricas de avaliação. A alta administração elabora e implementa um plano estratégico para garantir a elevação da produtividade dos serviços públicos.

O Brasil está longe dessas providências, mesmo porque os sindicatos de funcionários públicos são contra qualquer tipo de avaliação objetiva. São também contrários a programas de elevação de produtividade sob a alegação que a melhoria da eficiência provoca dispensa de funcionários. O próximo presidente da República terá de atuar junto ao Congresso Nacional para fazer uma reforma administrativa com especial ênfase no estabelecimento de regras eficientes de recursos humanos, passando por melhorias no recrutamento, treinamento, remuneração, realocação e critérios de avaliação.

## O eleitor é intocável

» ROMÃO C. OLIVEIRA

Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT)

Houve um momento histórico em que o voto era censitário, constituindo direito da minoria detentora da riqueza. A Revolução Francesa converteu aquele modelo perverso no sufrágio universal, possibilitando ao povo o direito de participação na escolha dos governantes. Todavia, no Brasil, até o advento do Código Eleitoral de 1932, prevaleceu o voto censitário, sendo excluídos alguns segmentos sociais — mulheres, escravos, analfabetos e os menos aquinhoados. Hoje, por força de regra assentada na Carta Política, o sufrágio é universal, direto e secreto, valendo igualmente, seja de que segmento social provier. Portanto, o voto é um direito/dever que nos foi outorgado pela Constituição Federal, tendo como características ser pessoalíssimo, obrigatório, livre, sigiloso, igualitário e periódico.

Aproxima-se o momento em que cada cidadão livre e capaz, nos termos da lei, exercerá esse direito. A ninguém, absolutamente a ninguém, você poderá autorizar que esse direito seja exercitado por você, até porque a lei não permite; o direito de votar assemelha-se à oração, à comunicação que se faz com a Grande Alma. Portanto, o momento de votar deve ser precedido de reflexão destinada à purificação de cada um, para que o Universo possa arrear todos os obstáculos e permitir que o passo dado por você seja no rumo certo e, com o seu voto você esteja concorrendo para a felicidade de mais de duzentos milhões de brasileiros ou mais de 7,6 bilhões de humanos ao redor do planeta Terra.

Se você não pode outorgar procuração para que seu direito de votar seja exercitado por seu melhor amigo é porque sua luz personalíssima haverá de concorrer para que seja encontrado o caminho seguro, não se podendo olvidar que longa é a travessia a ser feita. De sorte tal que, sob pretexto algum, você não poderá deixar de exercitar o seu direito de votar.

Destarte, neste domingo, você tem com-

promisso marcado com a Grande Alma que, como sempre esteve, mais uma vez estará entranhada no imo de seu pequenino espírito, tornando-o um gigante colossal. Não torne-o um gigante colossal. Não permita que se arrastem ao seu lado os demônios plantonistas, sobretudo aqueles que atendem pelas alcunhas de medo, paixão ou ódio, que sempre o querem ver menor, acanhado, acabrunhado, medroso, odioso, invejoso e pessimista. A presença da ilusão deles decorrente poderá turvar sua visão ou fazer sua mão tremer, impedindo a certa decisão que somente você poderá adotar. E lembre-se: a Grande Alma estará presente, mas não votará por você. Como de regra, nada fará onde você pode e deve exercer o seu livre arbítrio. Todavia, qualquer um dos demônios que integram a legião denominada ilusão — medo, ódio, ambição, mentira etc., — ou todos eles a um só tempo — pretenderão pegar na sua mão para transformar o direito sagrado de livremente votar num arremedo, inviabilizando o exercício de sua vontade.

Mesmo na cabina indevassável você não estará livremente exercendo o direito de votar, se levar consigo qualquer um dos integrantes da “grande legião do mal”, especialmente o medo que é o grande mentor dos demais. Livre do nevoeiro da ilusão, que a tudo procura tisonar, é que seu espírito se agita e atinge as alcandoras habitadas pela sabedoria.

Muitos são os eleitores que não costumam guardar de memória o histórico daqueles que, rotineiramente, se lançam como candidatos e, na undécima hora se veem às turras com a ingrata tarefa de escolher o menos ruim, asseverando que quase todos têm algum defeito e, dificilmente, pode ser encontrado algum com inquestionável reputação ilibada. Ora, não se preocupe! O processo que disciplina o tema é o eleitoral, que nada tem a ver com o de canonização. O homem perfeito não será encontrável nem pe-

los ferozes fariseus, nem pelos guerreiros templários, muito menos pelos discípulos de Tomás Torquemada, ainda que estejam usando toda a parafernália dos tempos modernos, simplesmente porque os que investigam a política miúda e rasteira têm como base de trabalho a nefanda premissa: “correligionário não tem defeito e adversário não tem qualidade”. Dessa forma, se contentam com as meias verdades, navegando sob o pálio de uma mentira inteira em pântano escuro e lodoso.

A partir deste instante você deve abandonar todas as ideias preconcebidas e armazenadas, deixar para trás todos os resultados de pesquisas e desarmar todas as promessas vãs que chegaram até você através dos múltiplos meios de comunicação; concentre-se no ditado da sua consciência que é o único veículo utilizado pela Grande Alma para lhe enviar a mensagem segura.

Para exercer o seu direito de votar, você deve conduzir apenas a documentação indicada pela Justiça Eleitoral, manter a consciência tranquila e guarnecida pela verdade, pela humildade e pela sabedoria; nada de balangandãs nas mãos e, mantenha-se longe de qualquer ostentação; igualmente, não aceite conselho de quem quer que seja. Para o ato de votar, você, caro eleitor, é o juiz supremo e insubstituível. Portanto, “paire mais alto que a coroa dos reis e seja tão puro quanto a coroa dos santos” (Rui). Finalmente, transite com absoluta humildade, como recomendava Leonardo da Vinci, certo de que “as espigas sem grãos erguem desdenhosamente a cabeça para o Céu, enquanto que as cheias as baixam para a terra, sua mãe”.

Para votar bem, basta escutar os ditames da própria consciência. Todo o aprendizado a respeito dos candidatos — que deviam ser mesmo cãndidos — prudentemente foi angariado até o dia anterior. No dia da votação, somente a consciência deve ser conselheira. E a cabina é um templo, onde se presta culto apenas ao sagrado direito de votar.

## Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (Interina) // [circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

## A República sou eu

Análises políticas podem ser construídas e entendidas de formas distintas. Dependendo do grau de envolvimento com o assunto, é comum observar que boa parte das análises que surgem no noticiário são formadas com o material colhido após interlocuções feitas com lideranças de partidos e outros políticos de destaque no momento. Avaliações desse gênero, elaboradas a partir do material exposto por políticos diversos, não raro, são tecidos com os fios de hipóteses futuras e passam a depender do exato movimento previsto para cada uma das peças no enorme tabuleiro desse tipo de jogo. Nesse caso, os fatos insistem, quase sempre, em mostrar a direção aleatória da realidade, dando andamento totalmente oposto ao que se vaticinavam com esperteza.

Conjecturas políticas, num país como o nosso, tendem ao descrédito, se não forem elaboradas com o mesmo material usado nas mais inspiradas ficções. Atropeladas por nossa realidade diária, as análises políticas se aproximam mais e mais a uma bola de cristal e à cartomancia do que às ciências sociais. De fato, não há espaço possível para a lógica onde falta a razão e cada um age com instinto próprio e individual.

Difícil é entender uma república onde cada um cuida de ser uma república particular. Mais difícil ainda é quando cada um passa a cuidar em desconstruir o outro, erguendo armadilhas e escambros. O encaminhamento final dessas eleições parece caracterizar bem esse estado de coisas. Ao colocar-nos todos de frente para o espelho, o que vemos ao fundo é um caminho que parece nos conduzir, mais uma vez, em rota de colisão com nosso futuro. Nenhuma síntese política anterior foi capaz, sequer, de mencionar o que nos aguardava pela frente, porque trabalhamos com a matéria do acaso.

Desde o impeachment da então presidente Dilma e, até muito antes, com o escândalo do mensalão em 2005 e das descobertas que vieram à tona tudo parecia demonstrar que andávamos sobre corda suspensa num abismo. Com o afastamento de Dilma e com todas as revelações escabrosas que se seguiram, o correto, num país sensato, seria purgar as instituições, não por meio de eleições, mas com o afastamento sumário de todos os envolvidos nos escândalos. Para isso, deveria haver a convocação de uma comissão de alto nível, composta por brasileiros probos, capacitados e de notório saber para sanar a República.

No entanto, o que se viu foi o mais do mesmo, com todos esperando e apostando que as novas eleições promoveriam uma espécie de perdão antecipado, criando um ambiente de anistia e de concórdia geral, absolvendo os maus para o bem de todos. Deu no que deu. Dará no que dará.

### »» A frase que foi pronunciada

“A corrupção dos governantes quase sempre começa com a corrupção dos seus princípios.”

Montesquieu

### Anac

Em aeroportos por todo o mundo, com grandes distâncias a percorrer dentro do embarque, carros próprios circulam dando carona para os idosos ou passageiros jovens. No Aeroporto de Brasília, essa prática precisa ser reforçada.

### Sensacional

Uma pena a imprensa ser arredia com notícias boas que vêm do Senado. A Secretaria de Gestão de Informação e Documentação, coordenada por Dinamar Cristina Pereira Rocha, criou uma dinâmica com funcionários da casa, terceirizados e estagiários, estimulando que conheçam melhor todos os serviços, coordenações e projetos do setor. É uma verdadeira revolução em método de integração do corpo de trabalho.

### Realidade

Caso o leitor biométrico não leia a digital do eleitor, a orientação é que o cidadão assine a folha de votação.

### Dica

Há vagas para curso de alfabetização de adultos na Igreja N.S. Perpétuo Socorro no Lago Sul, em frente ao Gilberto Salomão. Os horários: às segundas e às quartas-feiras, das 18h às 20h. É só ligar para 98407-3396

### Morosidade

Inventores brasileiros reclamam da falta de agilidade do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). Para se ter uma ideia, o Brasil leva em média 10 anos para patentear uma marca. Isso precisa mudar

### »» História de Brasília

Está vivendo grandes dificuldades, com funcionamento precário, quase paralisado, o Centro de Recuperação Sarah Kubitschek. O aparelhamento excelente adquirido para o Centro, está fora de uso, desfrutando as vantagens da valorização, com a queda constante do cruzeiro. (Publicado em 31/10/1961)

